

**ANA FRAZÃO**

**ANGELO PRATA DE CARVALHO**

**GIOVANNA MILANEZ**

# **CURSO DE PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS FUNDAMENTOS DA LGPD**



- O autor deste livro e a editora empenharam seus melhores esforços para assegurar que as informações e os procedimentos apresentados no texto estejam em acordo com os padrões aceitos à época da publicação, e todos os dados foram atualizados pelo autor até a data de fechamento do livro. Entretanto, tendo em conta a evolução das ciências, as atualizações legislativas, as mudanças regulamentares governamentais e o constante fluxo de novas informações sobre os temas que constam do livro, recomendamos enfaticamente que os leitores consultem sempre outras fontes fidedignas, de modo a se certificarem de que as informações contidas no texto estão corretas e de que não houve alterações nas recomendações ou na legislação regulamentadora.
- Fechamento desta edição: 27.04.2022
- O Autor e a editora se empenharam para citar adequadamente e dar o devido crédito a todos os detentores de direitos autorais de qualquer material utilizado neste livro, dispondo-se a possíveis acertos posteriores caso, inadvertida e involuntariamente, a identificação de algum deles tenha sido omitida.
- **Atendimento ao cliente: (11) 5080-0751 | faleconosco@grupogen.com.br**
- Direitos exclusivos para a língua portuguesa  
*Copyright © 2022 by*  
**Editora Forense Ltda.**  
*Uma editora integrante do GEN | Grupo Editorial Nacional*  
Travessa do Ouvidor, 11 – Térreo e 6º andar  
Rio de Janeiro – RJ – 20040-040  
www.grupogen.com.br
- Reservados todos os direitos. É proibida a duplicação ou reprodução deste volume, no todo ou em parte, em quaisquer formas ou por quaisquer meios (eletrônico, mecânico, gravação, fotocópia, distribuição pela Internet ou outros), sem permissão, por escrito, da Editora Forense Ltda.
- Capa: Fabricio Vale
- **CIP – BRASIL. CATALOGAÇÃO NA FONTE.**  
**SINDICATO NACIONAL DOS EDITORES DE LIVROS, RJ.**

F927c

Frazão, Ana

Curso de proteção de dados pessoais: fundamentos da LGPD / Ana Frazão, Angelo Prata de Carvalho, Giovanna Milanez. – 1. ed. – Rio de Janeiro: Forense, 2022.

Inclui bibliografia e índice

ISBN 978-65-5964-583-1

1. Brasil. [Lei geral de proteção de dados pessoais (2018)]. 2. Proteção de dados – Legislação – Brasil. 3. Internet – Legislação – Brasil. 4. Direito à privacidade. I. Carvalho, Angelo Prata de. II. Milanez, Giovanna. III. Título.

22-77322

CDU: 343.45:004.738.5(81)

Meri Gleice Rodrigues de Souza – Bibliotecária – CRB-7/6439

# SUMÁRIO

## CAPÍTULO I

### HISTÓRICO E FUNDAMENTOS DA PROTEÇÃO DE DADOS NO BRASIL E NO MUNDO

I.1.	Aspectos introdutórios sobre a economia movida a dados .....	1
I.2.	Dados pessoais: uma questão de poder e de controle.....	5
I.3.	Fundamentos da proteção de dados pessoais diante do capitalismo de vigi- lância e seus riscos .....	12
I.4.	Histórico internacional da tutela de dados pessoais .....	17
I.5.	Histórico legislativo da LGPD.....	21
I.6.	Reconhecimento da proteção de dados pessoais como direito fundamental pelo Supremo Tribunal Federal e sua posterior inserção no texto constitucional.....	26
I.7.	Síntese conclusiva: alcance da proteção de dados pessoais.....	29

## CAPÍTULO II

### ÂMBITO DE APLICAÇÃO DA LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS

II.1.	Aplicação territorial da LGPD e eficácia extraterritorial .....	31
II.1.1.	Aspectos introdutórios.....	31
II.1.2.	Operação de tratamento realizada no território nacional.....	33
II.1.3.	Atividade de tratamento que tem por objetivo a oferta ou o for- necimento de bens ou serviços ou o tratamento de dados de in- divíduos localizados no território nacional.....	34
II.1.4.	Dados pessoais coletados no território nacional.....	36
II.2.	Aplicação material da LGPD.....	36
II.2.1.	Aspectos introdutórios.....	36
II.2.2.	Tratamento realizado por pessoa natural para fins exclusiva- mente particulares e não econômicos.....	38
II.2.3.	Tratamento realizado para fins exclusivamente jornalísticos e artísticos.....	38
II.2.4.	Tratamento realizado para fins exclusivamente acadêmicos .....	43

II.2.5.	Tratamento realizado para fins exclusivos de segurança pública, defesa nacional, segurança de Estado e atividades de investigação e repressão de infrações penais.....	45
II.2.6.	Hipóteses do inciso IV do art. 4º da LGPD.....	47

### CAPÍTULO III CONCEITOS E CLASSIFICAÇÕES DE DADOS PESSOAIS

III.1.	Conceito de dado pessoal.....	49
III.1.1.	Aspectos iniciais.....	49
III.1.2.	Elementos dos dados pessoais.....	52
III.2.	Conceito de dado pessoal sensível.....	56
III.3.	Conceito de dado anônimo (ou anonimizado) e pseudonimizado.....	60
III.4.	Conceito de dado pessoal disponível publicamente.....	63
III.5.	Metadados.....	67
III.6.	Síntese das categorias de dados e de seus respectivos regimes jurídicos.....	68
III.7.	Natureza jurídica dos dados.....	69

### CAPÍTULO IV PRINCÍPIOS DE APLICAÇÃO DA LGPD

IV.1.	Aspectos gerais.....	73
IV.2.	Princípio da boa-fé (LGPD, art. 6º, <i>caput</i> ).....	73
IV.2.1.	Aspectos fundamentais.....	73
IV.2.2.	A tríplice função da boa-fé objetiva.....	75
IV.2.3.	Boa-fé objetiva e privacidade contextual.....	76
IV.3.	Princípio da finalidade (LGPD, art. 6º, I).....	77
IV.3.1.	Aspectos fundamentais.....	77
IV.3.2.	Conexão entre o princípio da finalidade e as bases legais.....	79
IV.3.3.	Princípio da finalidade e princípio da boa-fé.....	79
IV.3.4.	Novas finalidades atribuídas ao tratamento de dados.....	81
IV.4.	Princípio da adequação (LGPD, art. 6º, II).....	85
IV.5.	Princípio da necessidade (LGPD, art. 6º, III).....	86
IV.6.	Princípio do livre acesso (LGPD, art. 6º, IV).....	87
IV.7.	Princípio da qualidade dos dados (art. 6º, V).....	88
IV.8.	Princípio da transparência (LGPD, art. 6º, VI).....	90
IV.8.1.	Aspectos fundamentais.....	90
IV.8.2.	Transparência e segredo de negócios.....	92
IV.9.	Princípio da segurança (LGPD, art. 6º, VII).....	95
IV.10.	Princípio da prevenção (LGPD, art. 6º, VIII).....	96
IV.11.	Princípio da não discriminação (LGPD, art. 6º, IX).....	98
IV.11.1.	Aspectos fundamentais.....	98
IV.11.2.	Riscos dos julgamentos algorítmicos e das perfilizações.....	102

IV.11.3.	Riscos das discriminações estatísticas e das discriminações personalizadas.....	103
IV.11.4.	Necessidade de regulação da utilização da inteligência artificial..	104
IV.11.5.	Controles necessários para evitar discriminações abusivas ou ilícitas.....	105
IV.12.	Princípio da responsabilização e prestação de contas (LGPD, art. 6º, X) .....	109
IV.13.	Exemplos concretos de aplicação prática dos princípios da LGPD .....	111

## CAPÍTULO V

### TRATAMENTO DE DADOS PESSOAIS E AS BASES LEGAIS EXISTENTES NA LGPD

V.1.	O modelo <i>ex ante</i> de proteção de dados da LGPD.....	115
V.2.	Características essenciais do modelo <i>ex ante</i> de proteção de dados: as cinco etapas de aplicação da LGPD .....	117
V.3.	Abordagem sistemática das bases legais para o tratamento de dados .....	120
V.4.	Cumprimento de obrigação legal ou regulatória pelo controlador.....	125
V.5.	Execução de políticas públicas pela Administração Pública.....	127
V.6.	Realização de estudos por órgão de pesquisa .....	129
V.7.	Execução de contrato ou de procedimentos preliminares relacionados a contrato...	132
V.8.	Exercício regular de direitos em processo judicial, administrativo ou arbitral .....	136
V.9.	Proteção da vida ou da incolumidade física do titular ou de terceiro .....	138
V.10.	Tutela da saúde em procedimento realizado por profissionais de saúde, serviços de saúde ou autoridade sanitária .....	139
V.11.	Proteção ao crédito .....	143
V.12.	Garantia de prevenção à fraude e à segurança do titular em processos de identificação e autenticação de cadastro.....	146
V.13.	Previsões adicionais para o tratamento de dados pessoais sensíveis .....	147

## CAPÍTULO VI

### CONSENTIMENTO NA LGPD

VI.1.	Aspectos fundamentais .....	151
VI.2.	Requisitos para o consentimento livre.....	153
VI.3.	Requisitos para o consentimento informado.....	157
VI.4.	Requisitos para o consentimento inequívoco .....	158
VI.5.	Requisitos para o consentimento restrito à finalidade informada ao titular ....	158
VI.6.	Requisitos adicionais do consentimento para dados sensíveis: manifestação específica e destacada.....	159
VI.7.	Demais exigências da LGPD quanto ao consentimento.....	160
VI.7.1.	A forma de manifestação do consentimento .....	160
VI.7.2.	A delimitação subjetiva do consentimento .....	165
VI.7.3.	A possibilidade de revogação do consentimento .....	165
VI.7.4.	O dever de transparência e informação dos agentes de tratamento....	166

## CAPÍTULO VII LEGÍTIMO INTERESSE NA LGPD

VII.1.	Aspectos preliminares.....	169
VII.2.	Exigências específicas do art. 10 da LGPD.....	169
VII.3.	Disposições do RGPD sobre o interesse legítimo do controlador .....	172
VII.4.	Legítimo interesse e <i>Legitimate Interest Assessment</i> (LIA) .....	176
VII.4.1.	Abordagem na União Europeia .....	176
VII.4.2.	Abordagem no Reino Unido .....	180
VII.5.	Primeiras conclusões e exemplos concretos.....	182

## CAPÍTULO VIII TRATAMENTO DE DADOS PESSOAIS DISPONÍVEIS PUBLICAMENTE

VIII.1.	Aspectos fundamentais.....	187
VIII.2.	Tratamento equivalente de dados pessoais de acesso público .....	190
VIII.3.	Tratamento equivalente de dados tornados manifestamente públicos pelo titular .....	195
VIII.4.	Hipóteses dos §§ 3º e 4º do art. 7º da LGPD como bases legais autônomas.....	198
VIII.5.	Tratamento posterior compatível de dados pessoais disponíveis publicamente.....	201

## CAPÍTULO IX TRATAMENTO DE DADOS PELO PODER PÚBLICO

IX.1.	Aspectos fundamentais.....	209
IX.2.	Tratamento de dados pelo Poder Público: proteção de dados, interesse público e publicidade .....	211
IX.3.	Enquadramento do Poder Público como agente de tratamento .....	212
IX.4.	A compreensão do art. 23 da LGPD: base legal autônoma ou regra complementar às bases legais dos arts. 7º e 11?.....	216
IX.5.	Tratamento de dados pelo Poder Público e a questão do consentimento e do legítimo interesse .....	220
IX.6.	Tratamento de dados pessoais pelo Poder Público e transparência.....	221
IX.7.	Necessidade de indicação de encarregado .....	222
IX.8.	Síntese.....	225
IX.9.	Compartilhamento de dados tratados por órgãos públicos.....	226
IX.9.1.	Aspectos fundamentais.....	226
IX.9.2.	Compartilhamento de dados entre órgãos públicos .....	229
IX.9.3.	Compartilhamento de dados entre órgãos públicos e entidades privadas .....	230
IX.10.	Responsabilização administrativa das pessoas jurídicas de direito público .....	235
IX.11.	Divulgação de dados pessoais.....	237

## CAPÍTULO X

### A TUTELA DE DADOS SUJEITOS VULNERÁVEIS

X.1.	Crianças e Adolescentes.....	243
X.1.1.	A tutela das crianças e adolescentes no direito brasileiro .....	243
X.1.2.	Dados de crianças e adolescentes: o tratamento especial conferido pela LGPD .....	244
X.1.3.	O princípio do melhor interesse da criança e do adolescente na coleta de dados.....	248
X.1.4.	Bases legais para tratamento de dados de crianças e adolescentes: interpretação à luz do princípio do melhor interesse.....	251
X.1.5.	Dever de cuidado em relação a crianças e adolescentes.....	254
X.2.	Proteção de outros sujeitos vulneráveis .....	255

## CAPÍTULO XI

### RELATÓRIO DE IMPACTO À PROTEÇÃO DE DADOS

XI.1.	Disposições da LGPD sobre o tema .....	263
XI.2.	Disposições da RGPD sobre a avaliação de impacto de proteção de dados .....	265
XI.3.	Passo a passo para realização da avaliação de impacto .....	273

## CAPÍTULO XII

### AGENTES DE TRATAMENTO E ENCARREGADO

XII.1.	Controlador .....	279
XII.1.1.	Aspectos fundamentais .....	279
XII.1.2.	Quem pode ser controlador?.....	283
XII.1.3.	Controle singular e conjunto.....	284
XII.2.	Operador.....	289
XII.3.	Suboperador .....	292
XII.4.	Encarregado.....	295
XII.5.	Obrigações legais dos agentes de tratamento e do encarregado.....	300

## CAPÍTULO XIII

### DIREITOS DO TITULAR

XIII.1.	Necessária sistematização dos direitos dos titulares de dados.....	303
XIII.2.	Dimensão procedimental dos direitos previstos pelo Capítulo III da LGPD .....	308
XIII.3.	Regras gerais aplicáveis aos direitos dos titulares.....	309
XIII.4.	Confirmação da existência de tratamento e acesso aos dados (art. 18, I e II) ..	310
XIII.4.1.	Aspectos fundamentais .....	310
XIII.4.2.	Acesso a dados e a questão das inferências .....	313

XIII.5.	Correção de dados incompletos, inexatos ou desatualizados (art. 18, III) .....	314
XIII.6.	Anonimização, bloqueio ou eliminação de dados (art. 18, IV).....	315
XIII.6.1.	Aspectos gerais.....	315
XIII.6.2.	Diferenças entre o direito à eliminação de dados e o direito ao esquecimento.....	316
XIII.6.3.	Medidas para assegurar a eficácia dos direitos de anonimização, bloqueio ou eliminação.....	318
XIII.7.	Portabilidade de dados (art. 18, V) .....	319
XIII.7.1.	Fundamentos e contornos iniciais do direito à portabilidade .....	319
XIII.7.2.	Portabilidade e desafios técnicos: a questão da interoperabilidade .....	322
XIII.7.3.	Principais diferenças entre a LGPD e o RGPD .....	324
XIII.7.4.	Relação entre o direito à portabilidade e o direito ao acesso .....	327
XIII.7.5.	Direito à portabilidade e segredo de negócios .....	328
XIII.7.6.	Direito à portabilidade e segurança .....	328
XIII.7.7.	Exceções à portabilidade .....	329
XIII.7.8.	Síntese .....	329
XIII.8.	Eliminação de dados tratados com o consentimento (art. 18, VI) .....	330
XIII.9.	Informações sobre o uso compartilhado de dados (art. 18, VII) .....	330
XIII.10.	Informações sobre negativa de consentimento, revogação do consentimento e direito à oposição (art. 18, VIII e IV, e § 2º).....	332
XIII.11.	Revisão de decisões automatizadas e informações sobre o tratamento automatizado de dados (art. 20).....	333
XIII.11.1.	Aspectos fundamentais .....	333
XIII.11.2.	Direito à revisão de decisões totalmente automatizadas: uma comparação entre a LGPD e o RGPD.....	335
XIII.11.3.	Direito à revisão de decisões totalmente automatizadas e participação de pessoa natural .....	339
XIII.11.4.	Direito à revisão de decisões totalmente automatizadas e devido processo legal .....	340
XIII.11.5.	Direito à revisão de decisões totalmente automatizadas e segredo de negócios .....	341
XIII.11.6.	Objeto do direito à revisão de decisões totalmente automatizadas .....	343
XIII.11.7.	Julgamentos automatizados e medidas preventivas .....	344
XIII.11.8.	Explicabilidade de julgamentos totalmente automatizados: busca de um objetivo inviável?.....	346
XIII.12.	Questões procedimentais relacionadas ao exercício dos direitos do titular .....	348

## CAPÍTULO XIV

### TÉRMINO DO TRATAMENTO DE DADOS

XIV.1.	Hipóteses de término do tratamento de dados.....	351
XIV.2.	Hipóteses de conservação dos dados após o término do tratamento.....	356

**CAPÍTULO XV**  
**TRANSFERÊNCIA INTERNACIONAL DE DADOS**

XV.1.	Aspectos fundamentais .....	359
XV.2.	Transferência internacional de dados na LGPD e multiplicidade de regimes..	360
XV.3.	Transferência internacional para países ou organismos internacionais que proporcionem grau de proteção de dados pessoais adequado ao previsto na LGPD (art. 33, I) .....	361
XV.4.	Garantias privadas de cumprimento dos preceitos da LGPD (art. 33, II) .....	363
XV.5.	Derrogações específicas (art. 33, III a IX) .....	366
XV.6.	Garantia de proteção adequada na transferência internacional de dados: experiência estrangeira .....	369
XV.7.	Diretrizes para construção da força normativa transnacional da LGPD .....	374

**CAPÍTULO XVI**  
**SEGURANÇA DA INFORMAÇÃO**

XVI.1.	Aspectos fundamentais .....	377
XVI.2.	Segurança da informação na LGPD .....	382
XVI.3.	Medidas de segurança da informação e programas de <i>compliance</i> .....	385
XVI.4.	Sistematização das principais medidas de segurança da informação .....	390
XVI.5.	Papel da segurança da informação nos programas de <i>compliance</i> de dados ....	392
XVI.6.	Comunicação de incidentes de segurança.....	395

**CAPÍTULO XVII**  
**COMPLIANCE DE DADOS E GOVERNANÇA**

XVII.1.	Aspectos fundamentais .....	403
XVII.2.	Contextualização sobre <i>compliance</i> de dados .....	404
XVII.3.	<i>Compliance</i> de dados no contexto dos demais programas de <i>compliance</i> .....	406
XVII.4.	Relação entre tecnologia e programas de <i>compliance</i> de dados .....	407
XVII.5.	Parâmetros previstos pela LGPD e o seu diálogo com os requisitos gerais dos programas de <i>compliance</i> .....	408
XVII.6.	Papel da ANPD .....	421

**CAPÍTULO XVIII**  
**RESPONSABILIDADE CIVIL E RESSARCIMENTO DE DANOS**

XVIII.1.	Aspectos introdutórios.....	423
XVIII.2.	As funções da responsabilidade civil e a proteção de dados pessoais.....	425

XVIII.3. O regime de responsabilidade na Lei Geral de Proteção de Dados: responsabilidade subjetiva ou objetiva? .....	428
XVIII.3.1. Mapeamento da controvérsia .....	428
XVIII.3.2. As diversas correntes doutrinárias sobre a natureza da responsabilidade civil na LGPD .....	432
XVIII.3.3. Considerações críticas sobre o tema e busca de uma síntese .....	434
XVIII.4. Requisitos da responsabilidade civil na LGPD .....	437
XVIII.4.1. A ilicitude configuradora de responsabilidade civil à luz da LGPD .....	437
XVIII.4.2. A configuração do dano .....	440
XVIII.4.3. Nexso causal na sistemática de responsabilidade civil estabelecida pela LGPD .....	441
XVIII.5. Extensão da responsabilidade dos agentes de tratamento e responsabilidade solidária .....	442

## CAPÍTULO XIX

### A AUTORIDADE NACIONAL DE PROTEÇÃO DE DADOS E A RESPONSABILIZAÇÃO ADMINISTRATIVA

XIX.1. Aspectos fundamentais .....	445
XIX.2. Estrutura organizacional e funções legais da ANPD .....	446
XIX.2.1. O Conselho Diretor e suas atribuições .....	448
XIX.2.2. O Conselho Nacional de Proteção de Dados e suas atribuições....	451
XIX.3. O papel dos incentivos na atuação da ANPD .....	452
XIX.4. Responsabilidade administrativa da LGPD no contexto das discussões sobre o Direito Administrativo Sancionador .....	454
XIX.5. Estrutura procedimental do processo administrativo sancionador na ANPD....	458
XIX.5.1. Aspectos gerais .....	458
XIX.5.2. Processos de fiscalização e monitoramento .....	461
XIX.5.3. Processo sancionador na ANPD e suas fases .....	463
REFERÊNCIAS .....	465